

# NOÇÕES BÁSICAS DE CONTABILIDADE

## Entra21



Adm. João Luiz Merini Moser  
CRA/SC 16553

## **1. INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO**

### **1.1.EMENTA**

Princípios Fundamentais e Finalidade da Contabilidade; Finalidade das Informações Contábeis; Usuários da Contabilidade; Noções de Receita, Despesa, Ativo, Passivo, Patrimônio, Bens e Direitos, Obrigações; Balanço Patrimonial; Balancete; Demonstrativo de Resultados; Regimes Tributários

### **1.2.CARGA HORÁRIA**

3 horas.

### **1.3.OBJETIVOS**

Apresentar os principais conceitos de contabilidade, regimes tributários e a sua aplicabilidade, além de demonstrar a sua importância como ferramenta de controle e planejamento econômico-financeiro, auxiliando na tomada de decisões.

### **1.4.CURRÍCULO RESUMIDO DO MINISTRANTE**

**João Luiz Merini Moser**, é graduado em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Uniasselvi, possui *MBA* em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, Especialização em Finanças, Investimentos e *Banking* pela PUC-RS e Mestrando em Negócios Internacionais pela Miami College.

Conselheiro de Administração e Consultor com mais de 15 anos de experiência prática em Estruturação e Expansão de Negócios, Investimentos e Patrimônio. Professor de Pós-graduação convidado, desenvolve consultorias, palestras e treinamentos para diversos públicos.

## INTRODUÇÃO

A contabilidade pode ser definida como uma ciência que estuda a situação e as variações (qualitativas e quantitativas) ocorridas no conjunto de bens, direitos e obrigações de qualquer entidade (pessoa física ou jurídica).

Todas as movimentações relativas a dinheiro e valores realizadas dentro de uma organização são registradas pela contabilidade, que resume os fatos em forma de balanços, demonstrativos e relatórios. Por meio desses dados são apresentados os resultados alcançados pela empresa, fornecendo uma ampla quantidade de informações úteis para as tomadas de decisões em seu comando, tanto dentro quanto fora da entidade.

Os bens e direitos são chamados de **ATIVO** e as obrigações são denominadas de **PASSIVO**.

Bens: tudo aquilo que possui valor econômico e que pode ser convertido em dinheiro, sendo utilizado dentro da entidade para desempenhar alguma função que vá ao encontro do objetivo principal de seu proprietário.

Direitos: são os recursos que a entidade tem direito a receber, mas ainda não estão sob posse da empresa. Todos são direitos que gerarão fluxo de capital dentro do patrimônio da empresa em um período futuro.

Obrigações: são os valores e dívidas a serem pagos para terceiros e fazem parte do passivo. Em uma negociação a prazo, por exemplo, a empresa passa a ter uma obrigação com o fornecedor, representada por uma conta a pagar equivalente ao valor da aquisição.

## A CONTABILIDADE É A LINGUAGEM DOS NEGÓCIOS

### USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

- Sócios, acionistas, proprietários;
- Diretores, administradores, executivos;
- Instituições financeiras;
- Empregados;
- Associações e Sindicatos;

- Institutos de pesquisas;
- Fornecedores;
- Clientes;
- Órgãos governamentais;
- Fisco.

## **PILARES DA CONTABILIDADE**

Estes são os princípios fundamentais de contabilidade.

• **Entidade** - reconhece que o patrimônio é o objeto da contabilidade e pertence à entidade, sem se confundir com os patrimônios particulares (dos seus sócios ou proprietários).

• **Continuidade** - diz que a contabilidade deve considerar que a entidade continuará suas operações indefinidamente no futuro.

• **Oportunidade** - se refere ao registro dos fatos contábeis de maneira tempestiva e íntegra, ou seja, no momento oportuno (mais próximo possível de quando ele foi gerado) e com as informações completas e fidedignas, sem omissões ou excessos.

• **Registro pelo Valor Original** - os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações, expressos na moeda do país.

• **Atualização Monetária** - De acordo com o princípio anterior, o patrimônio deve ser registrado pelo valor original, mas esse valor deve ser atualizado de acordo com as variações de poder aquisitivo da moeda nacional.

• **Prudência** - Trata-se de considerar o menor valor na mensuração de ativos e o maior valor na mensuração de passivos.

• **Competência** - os registros de receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados do exercício (DRE) quando o fato gerador ocorre, independentemente de quando acontece o pagamento ou recebimento.

## **PLANO DE CONTAS**

Plano de contas é um conjunto de contas que representam os eventos e movimentações econômicas e financeiras que acontecem durante as atividades e operações de uma empresa. Portanto, o objetivo é nortear os trabalhos contábeis de registro das operações.

Consequentemente, o plano também norteia a elaboração das demonstrações contábeis e informações financeiras da empresa (Demonstrativo de Resultados do Exercício, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial).

O plano de contas é utilizado também na elaboração do Orçamento Empresarial, ferramenta essencial para ter a empresa nas mãos. Isso porque por meio dele você conseguirá ter as metas orçamentárias de toda organização bem claras e acompanhar mês a mês o que de fato é realizado, podendo confrontar com o que foi planejado, por exemplo.

Embora a estrutura base não varie muito, a modelagem pode ser personalizada por empresa. Isso porque é preciso atender as necessidades de análises e suporte a tomada de decisão pelos gestores.

Logicamente, esse é um processo de construção que não termina nunca e sempre vai se complementando. Por exemplo, é comum que uma empresa inicie com um plano de contas simplificado e evolua de acordo com sua maturidade de gestão. Entretanto, é fundamental que o plano de contas atenda pelo menos quatro grandes grupos: Ativo, Passivo, Receita e Despesa

O primeiro passo é fazer uma lista com todas as suas contas, Receitas, Despesas, Custos e Investimentos. Importante garantir que nada fique de fora. Você já pode fazer essa listagem de acordo com os quatro grandes grupos (Ativos, Passivos, Receitas e Despesas).

Exemplo de plano de contas:

Plano de Contas		
1. ATIVO	2. PASSIVO	3. RESULTADO DO EXERCÍCIO
1.1. CIRCULANTE 1.1.1. Caixa 1.1.1.01. Caixa Geral 1.1.2. Bancos Conta Movimento 1.1.2.01. Banco Alfa 1.1.3. Contas a Receber 1.1.3.01. Clientes 1.1.4. Estoques 1.1.4.01. Mercadorias 1.2. NÃO CIRCULANTE 1.2.1. Investimentos 1.2.1.01. Participações Societárias 1.2.2. Imobilizado 1.2.2.01. Maquinas e Equipamentos 1.2.3. Intangível 1.2.3.01. Marcas e Patentes	2.1. CIRCULANTE 2.1.1. Impostos e Contribuições a Recolher 2.1.1.01. Simples a Recolher 2.1.2. Contas a Pagar 2.1.2.01. Fornecedores 2.1.2.02. Outras Contas 2.1.3. Empréstimos Bancários 2.1.3.01. Banco Alfa 2.2. NÃO CIRCULANTE 2.2.1. Empréstimos Bancários 2.2.1.01. Banco Alfa 2.3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.3.1. Capital Social 2.3.2.01. Capital Social Integralizado 2.3.2. Reservas 2.3.2.01. Reservas de Capital 2.3.2.02. Reservas de Lucros	3.1. Receita Líquida 3.1.1. Receita Bruta de Vendas 3.1.1.01. Mercadorias 3.1.2. Deduções da Receita Bruta 3.1.2.01. Devoluções 3.1.3. Impostos sobre Vendas 3.1.3.01. ICMS, ISS, PIS, Cofins 3.2. Custos 3.2.1. Custos das Mercadorias 3.2.1.01. Custos das Mercadorias Vendidas 3.3. Despesas Operacionais 3.3.1. Despesas Comerciais 3.3.1.01. Comissões de vendas 3.3.2. Despesas Administrativas 3.3.2.01. Salários 3.3.3. Receitas Financeiras 3.3.3.01. Receitas de Aplicações Financeiras

## REGIMES CONTÁBEIS

Regimes contábeis são os critérios adotados para o registro do valor das despesas e receitas da entidade, para serem apurados em um determinado período contábil. São três os regimes contábeis existentes

**Regime de caixa:** quando se registra a movimentação pelas datas exatas de recebimento do ativo e pagamento das transações.

**Regime de competência:** quando se apura a transação pela data em que a movimentação foi gerada, independentemente se seu pagamento ou recebimento já foi efetivamente realizado.

**Regime misto:** utiliza do regime de competência para registrar suas contas com despesas e do regime de caixa para contabilizar as receitas para apuração do resultado.

## **2. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS PARA ANÁLISE**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, ao final de cada exercício social – com duração de um ano – é obrigatório a publicação dos seguintes demonstrativos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Fluxo de Caixa

### **2.1. BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial revela os investimentos (ativos) e os financiamentos (passivo) em um determinado período. Ou seja, é um demonstrativo padronizado, que discrimina de forma resumida e ordenada os saldos de todos os valores integrantes do patrimônio de uma determinada empresa. De um lado são relacionadas as contas que refletem as Aplicações de recursos – bens e direitos (Ativo) e de outro lado demonstram as Fontes de Recursos (Passivo + Patrimônio Líquido).

A estruturação do balanço patrimonial é estática e padronizada, as contas são classificadas por grupos de acordo com sua natureza e os grupos de contas são escalonados em ordem decrescente de liquidez para o Ativo e ordem de exigibilidade para o Passivo.

Portanto o Ativo inicia relacionando as disponibilidades (caixa e saldos bancários), depois os direitos de curto prazo (clientes, duplicatas a receber), estoques e outros valores de curto prazo a receber, direitos realizáveis de longo prazo e bens permanentes.

Para o Passivo relaciona-se primeiro as contas de fornecedores e empréstimos bancários, depois outras obrigações de curto prazo, obrigações de longo prazo e por fim o patrimônio líquido.

Exemplo:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Circulante	Circulante
Realizável a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo
Permanente	Resultado de Exercício Futuro
- Investimentos	
- Imobilizado	Patrimônio Líquido
- Diferido	

### 2.1.1. ATIVO

Representa os bens e direitos da empresa, classificando todas as aplicações de recursos realizadas pela empresa em ordem decrescente de grau de liquidez. Ou seja, do recurso com maior liquidez, para o recurso com menor liquidez.

Basicamente o Ativo é ordenado em 3 grandes grupos: Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente detalhados a seguir:

#### 2.1.1.1. ATIVO CIRCULANTE

Neste grupo estão classificadas as contas de maior giro, essa conta é caracterizada pelo caráter transitório, ou seja, deverão ser convertidas em dinheiro até, no máximo, o final do próximo exercício (até 360 dias). Dentro deste grupo ainda podemos subdividir em FINANCEIRO que engloba as contas que representam dinheiro e aplicações financeiras (dinheiro em caixa, cheques recebidos, aplicação, etc.) e OPERACIONAL que compreende as aplicações em recursos que estejam relacionadas com a atividade de compra, transformação e venda (duplicatas a receber, estoques, adiantamentos a fornecedores, etc.)

As contas deste grupo, em geral, são classificadas em quatro subgrupos:

- Disponibilidades;
- Direitos realizáveis a curto prazo;
- Estoques;
- Despesas Antecipadas.

### 2.1.1.2.ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Esse grupo contempla as contas de bens e direitos que tenham realização após o encerramento do próximo exercício – mais de 360 dias – e com a mesma natureza do Ativo Circulante.

### 2.1.1.3.ATIVO PERMANENTE

Neste grupo estão os valores aplicados com a intenção de permanência, subdividindo-se em três subgrupos:

- **Investimentos** – subgrupo que se destina a contas que não fazem parte, especificadamente, da manutenção da atividade operacional da empresa. Exemplo: Participações em outras empresas (controladas e coligadas), Terrenos e imóveis para futuras instalações ou para aluguel.
- **Imobilizado** – compõe bens e direitos que se destinam a manutenção das atividades da empresa. Exemplo: Terreno, Edifício, Instalações, Máquinas e equipamentos, Softwares, Móveis e utensílios, Veículos. Salvo alguma determinação legal, as contas são avaliadas pelo custo corrigido e se estiverem em uso, são reduzidas pelas respectivas contas credoras – Depreciação, Amortização, etc., conforme o caso.
- **Diferido** – São despesas incorridas em determinados exercícios e que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Este subgrupo é diferente da Despesa Antecipada (Ativo Circulante), pois os gastos incorridos serão amortizados durante vários exercícios e, espera-se, que produzam benefícios. Exemplo: Pesquisa e Desenvolvimento de produtos e métodos industriais, Implantação de sistemas e métodos, Gastos de reorganização.

### 2.1.2. PASSIVO

O passivo representa as obrigações assumidas, pela empresa, com terceiros (passivo exigível) e para com os sócios (patrimônio líquido). No passivo são apresentadas as origens de todos os recursos levantados pela empresa, dispostos em ordem decrescente de exigibilidade.

Basicamente o Passivo é ordenado em 4 grandes grupos: Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido, detalhados a seguir:



#### 2.1.2.1.PASSIVO CIRCULANTE

São obrigações assumidas pela empresa que vencem até o exercício seguinte (até 360 dias). As contas do Passivo Circulante, da mesma forma que as do ativo circulante, podem ser classificadas em **FINANCEIRO**, que engloba as contas de dívidas a curto prazo que não fazem parte das atividades diárias da empresa (empréstimos bancários, impostos renegociados, etc.) e **OPERACIONAL** que representa as contas que identificam os financiadores da atividade da empresa, constituindo as fontes espontâneas de recursos (fornecedores, salários, encargos, impostos, etc.).

Pelo grande número de contas existentes neste grupo, normalmente elas são classificadas nos seguintes subgrupos:

- **Empréstimos e financiamentos** – Financiamentos bancários de curto prazo, títulos a pagar, encargos financeiros a pagar, etc.;
- **Fornecedores** – compras feitas;
- **Obrigações Fiscais** – ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS, IRRF, Provisão para IR;
- **Outras Obrigações** – Salários a pagar, Encargos Sociais;
- **Provisões** – São encargos que não tem data de pagamento fixadas e/ou não se tem exatidão dos valores a pagar – 13º salários, férias, dividendos, gratificações.

#### 2.1.2.2.EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Nesta conta são classificadas todas as obrigações que vencem após o término do exercício seguinte (mais de 365 dias). Normalmente, neste grupo, estão as contas: Empréstimos e financiamentos, debentures, provisão para contingências.

#### 2.1.2.3.RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Compreendem as receitas referentes a exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas que a elas correspondem (esses custos deverão ser contabilizados em contas retificadoras de forma a evidenciar o valor líquido do resultado futuro). São receitas recebidas antecipadamente, mas que somente serão realizadas no futuro e que não, necessariamente, precisam ser devolvidas – mesmo que a transação que as originou seja cancelada. Exemplo: Aluguel recebido antecipadamente; custos e despesas; resultado diferido de incorporação ou venda de imóvel, etc.

#### 2.1.2.4.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa os recursos próprios da empresa, que pertencem a seus acionistas/sócios. É constituído pelos seguintes subgrupos:

- **Capital Social** – representa os valores integralizados pelos acionistas;
- **Reservas de Capital** – valores recebidos que não são exigíveis e nem são receitas – Exemplo: correção monetária do capital realizado, ágio na emissão de ações, resgate, reembolso ou compra de ações, etc.;
- **Reservas de Reavaliação** – representa o aumento de valor dos ativos, reavaliados com base em laudos técnicos emitidos por peritos, as empresas promovem a reavaliação para melhorar a situação patrimonial;
- **Reservas de Lucros** – são lucros retidos para finalidades específicas:
  - Reserva Legal: 5% do lucro, limitada a 20% do capital social;
  - Reserva Estatutária: constituída de acordo com o que rege o estatuto da empresa (ex: aumento de capital);
  - Reserva para Contingência: compensar possível perda ou prejuízo no futuro;
  - Reserva para Expansão: financiar investimentos planejados;
  - Reservas de Lucros e realizar: representa lucros apurados contabilmente e que não deverão se realizar nem neste e nem no próximo exercício.
- **Lucros ou Prejuízos Acumulados** – São lucros ou prejuízos remanescentes dos exercícios sociais atual e anteriores que não tiveram destinação específica. O saldo credor poderá ser distribuído aos acionistas, destinado às reservas, incorporado ao Capital Social ou cobrir prejuízos existentes, neste último caso, a conta apresentará um saldo negativo.
- **Ações em Tesouraria** – As sociedades por ações, em alguns casos, podem adquirir suas próprias ações e nesses casos, as ações adquiridas são classificadas nesta conta, e por ser uma conta devedora, reduz o valor do Patrimônio Líquido.

As contas que formam o Patrimônio Líquido podem sofrer variações por inúmeros motivos, tais como:

1 - Itens que afetam o patrimônio total:

a) acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício;

- b) redução por dividendos;
- c) acréscimo por reavaliação de ativos (quando o resultado for credor);
- d) acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos;
- e) acréscimo por subscrição e integralização de capital;
- f) acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal;
- g) acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- h) acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures;
- i) redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda;
- j) acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores.

2 - Itens que não afetam o total do patrimônio:

- a) aumento de capital com utilização de lucros e reservas;
- b) apropriações do lucro líquido do exercício reduzindo a conta Lucros Acumulados para formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras;
- c) reversões de reservas patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos acumulados;
- d) compensação de Prejuízos com Reservas.

**Importante!**

No Balanço Patrimonial (BP) aparecem contas retificadoras, entre parênteses ou com sinal negativo, que diminuem o saldo da conta retificada.

As principais são:

**No Ativo Circulante:** Duplicatas Descontadas e Provisão para Devedores Duvidosos.

**No Ativo Permanente:** Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas.

**No Patrimônio Líquido:** Capital a Realizar e Ações em Tesouraria.

## 2.2.DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

É uma demonstração contábil que apresenta o fluxo das receitas e despesas, que deve ser apresentada de forma dedutiva, ou seja, começa com a receita operacional e dela deduzem-se custos e despesas para apurar o lucro líquido.

DRE	R\$
Receita Bruta de Vendas	350.000,00
Impostos	(80.000,00)
Receita Líquida	270.000,00
CMV (Custo da Mercadoria Vendida)	65.000,00
<b>Lucro Bruto</b>	<b>205.000,00</b>
Despesas Comerciais	(25.000,00)
Despesas Administrativas	(15.000,00)
Despesas Financeiras	(10.000,00)
Depreciação e Amortização	(5.000,00)
<b>Lucro Operacional</b>	<b>150.000,00</b>
Lucro Antes de IR e CSLL	150.000,00
IR e CSLL	(51.000,00)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>99.000,00</b>

### 2.2.1. RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS

Representa os valores das vendas à vista e a prazo de mercadorias e/ou produtos bem como serviços prestados. Também chamado de “Faturamento Bruto”.

### 2.2.2. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Neste grupo estão as contas que deduzem a Receita Bruta, para gerar a Receita Líquida. É composta pelas seguintes contas:

- **Vendas Canceladas** – representam as mercadorias/produtos devolvidas ou canceladas pelos clientes – por vários motivos;
- **Abatimentos** – São descontos concedidos a clientes;
- **Impostos sobre vendas e serviços** – São os impostos incidentes sobre as vendas/serviços, tais como: IPI, ICMS, PIS, COFINS, ISS (serviços), entre outros.

### 2.2.3. RECEITA LÍQUIDA

Corresponde ao valor obtido pela Receita Bruta, deduzido os valores das vendas canceladas, abatimentos e impostos. É prática comum considerar a Receita Líquida como base em análises.

### 2.2.4. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E/OU SERVIÇOS PRESTADOS

Este grupo é composto pelas contas:

- **Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)** que representa o valor que corresponde à venda das mercadorias adquiridas prontas para a comercialização ou revenda. A equação básica é  $CMV = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$ ;

- **Custo dos Produtos Vendidos (CPV)** que representa o valor que corresponde aos custos incididos no processo de fabricação dos produtos vendidos. Nesta conta estão inclusos os custos de materiais aplicados, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação. Sua equação é:

$$\text{CPV} = \text{Estoque Inicial de Produtos Acabados} + \text{Custo de Produção do Período} \\ - \text{Estoque Final de Produtos Acabados.}$$

- **Custo dos Serviços Prestados (CSP)** que representa os custos incorridos para gerar os serviços. É composto pelo custo de mão de obra utilizada, materiais aplicados e outros gastos como depreciação, subcontratação, etc.

#### 2.2.5. LUCRO BRUTO

É a diferença entre Receita Líquida menos os Custos.

#### 2.2.6. DESPESAS OPERACIONAIS

São as despesas necessárias para vender, promover, distribuir os produtos/serviços, financiar as operações e administrar a empresa. As principais subcontas são:

- **Despesas Gerais e Administrativas** – Gastos necessários para administrar a empresa: Salários e encargos administrativos, Impostos e Taxas, Aluguel de escritório, Depreciação de móveis/utensílios, Serviços de consultoria e auditoria, etc;
- **Despesas de Vendas** – Comissão sobre vendas, Propaganda e Publicidade, Fretes, Viagens, etc;
- **Despesas Financeiras** – Juros pagos, descontos concedidos, IOF, etc. Receitas Financeiras oriundas das aplicações financeiras, descontos obtidos, são deduzidas das Despesas Financeiras;
- **Outras Receitas e Despesas Operacionais** – São receitas ou despesas que não se classificam nas contas anteriores. São basicamente: Resultado de equivalência patrimonial (participação em outras sociedades), Dividendos recebidos, Venda de sucatas, etc.

#### 2.2.7. LUCRO OPERACIONAL

Diferença entre Lucro Bruto menos as Despesas Operacionais.

#### 2.2.8. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

São receitas e despesas que não se relacionam diretamente com as atividades da empresa.

Ex: Ganhos ou perdas da venda de algum ativo imobilizado.

#### 2.2.9. PROVISÃO PARA I.R. E C.S.L.L.

São os impostos calculados pelo Lucro da empresa.

#### 2.2.10. PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

São as participações estatutárias de administradores, empregados, beneficiários e contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência.

#### 2.2.11. LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO

É o resultado final do exercício social. Se der lucro, pode ser distribuído entre os sócios, ou compor reservas de lucro. Caso der prejuízo, poderá ser compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores ou reservas de lucros (caso tenha).

#### 2.2.12. LUCRO POR AÇÃO

É a informação que se refere ao valor do lucro líquido dividido pelo número de ações.

<b>MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>
Vendas de Produtos
Vendas de Mercadorias
Prestação de Serviços
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>
Devoluções de Vendas
Abatimentos
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>
<b>(-) CUSTOS DAS VENDAS</b>
Custo dos Produtos Vendidos
Custo das Mercadorias
Custo dos Serviços Prestados
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>
Despesas com Vendas
Despesas Administrativas
<b>(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>
Despesas Financeiras
<b>(-) Receitas Financeiras</b>
Variações Monetárias e Cambiais Passivas

(-) Variações Monetárias e Cambiais Passivas
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>
Resultado da Equivalência Patrimonial
Venda de Bens e Direitos de Ativo Não Circulante
(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo não Circulante
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL</b>
(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>
(-) Debêntures, Empregos, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados
<b>= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>
Lucro por Ação

### 2.3. FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão que realiza o monitoramento das movimentações financeiras de uma entidade em um determinado período. Em outras palavras, o fluxo de caixa nada mais é do que o controle do que entra e do que sai de dinheiro do caixa de uma entidade durante uma faixa de tempo.

Por ser um instrumento de gestão, recomenda-se que o fluxo de caixa seja utilizado diariamente ou até mesmo imediatamente após qualquer movimentação financeira no caixa da entidade. Só assim será possível ter a noção exata do fluxo de capital que entra e que sai de sua empresa, mantendo o negócio de forma mais saudável.

O primeiro passo para se organizar um fluxo de caixa simples é separar suas saídas e entradas de dinheiro em caixa em algumas categorias. As saídas de caixa devem ser separadas entre pagamento de fornecedores, despesas administrativas (contas diversas) e pagamentos de impostos, parcelas de dívidas e investimentos, e registradas assim que forem realizadas.

Já as entradas de recursos, que devem vir basicamente por meio do faturamento com vendas, devem ficar uma categoria separada, ao lado. Com isso, basta somar o valor de tudo que entra e subtrair o valor de tudo que sai de dinheiro, encontrando assim o saldo total em relação ao período analisado. Importante lembrar que esse número deve bater com o valor do caixa e das contas bancárias.

<b>FLUXO DE CAIXA</b>	<b>Seg 1-nov</b>	<b>Ter 2-nov</b>	<b>Qua 3-nov</b>
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>	<b>15.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>5.500,00</b>
Vendas Cartão de Crédito	10.000,00	2.000,00	5.000,00
Boleto	5.000,00	5.000,00	500,00
<b>TOTAL DE SAIDAS</b>	<b>12.500,00</b>	<b>4.500,00</b>	<b>13.500,00</b>
Fornecedores	8.000,00	1.500,00	3.000,00
Salário/Férias/Rescisão	3.500,00	-	9.000,00
Outras Despesas	1.000,00	3.000,00	1.500,00
<b>SALDO OPERACIONAL</b>	<b>2.500,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>- 8.000,00</b>
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>1.500,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>6.500,00</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>4.000,00</b>	<b>6.500,00</b>	<b>- 1.500,00</b>

### 3. TRIBUTOS

O tributo é uma obrigação de pagar, criada por lei, impondo aos indivíduos o dever de entregar parte de suas rendas e patrimônio para a manutenção e desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido temos o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN) dispondo o assunto nos seguintes termos: Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Em termos gerais classificam-se cinco espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições parafiscais, as quais detalhamos a seguir:

#### 3.1.1. IMPOSTOS

Os impostos, via de regra, incidem sobre o patrimônio, a renda e o consumo. Vale lembrar que o fato gerador dos impostos não está ligado a uma contraprestação estatal, ou seja, não é vinculado a algo que o governo oferece em troca. Eles podem ser:

- Federais: como por exemplo, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- Estaduais: como por exemplo, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
- Municipais: como por exemplo, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).



### 3.1.2. TAXAS

Diferentemente dos impostos, as taxas são vinculadas a uma contraprestação do Estado, como os serviços públicos, por exemplo, recolhimento de lixo, emissão de documentos de um veículo e custas judiciais.

O Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) estabelece que as taxas não podem ter a base de cálculo nem o fato gerador iguais aos de um imposto, nem ser cobradas em função do capital das empresas. As taxas podem ser criadas pelas três esferas de governo.

### 3.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

As contribuições de melhoria, assim como as taxas, devem estar vinculadas a uma contraprestação estatal. A diferença é que, no caso dessas contribuições, o governo deve fazer uma obra pública que gere valorização imobiliária. O cálculo do pagamento é feito com base no valor que será agregado a cada imóvel. As contribuições de melhoria podem ser instituídas pela União, pelos estados e pelos municípios.

### 3.1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS

Os empréstimos compulsórios são mais uma modalidade tributária prevista na Constituição Federal. Eles só podem ser criados pela União, por meio de lei complementar.

Esse tipo de empréstimo tem como objetivo custear despesas extraordinárias, como calamidade pública ou guerra externa, ou para promover investimento público que possua urgência e benefício nacional.

Ao contrário dos impostos, em que a arrecadação não é destinada para um fim específico, os recursos provenientes dos empréstimos compulsórios só podem ser utilizados na finalidade para a qual foram criados. Em tese, por ser um empréstimo, há uma expectativa de que a União restitua os valores arrecadados.

### 3.1.5. CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS

São tributos instituídos para promover o financiamento de atividades públicas. São, portanto, tributos finalísticos, ou seja, a sua essência pode ser encontrada no destino dado, pela lei, ao que foi arrecadado.

#### **4. PRINCIPAIS TRIBUTOS (ASPECTOS BÁSICOS)**

Neste capítulo descreveremos os aspectos básicos dos principais tributos que se apresentam importantes no momento da análise das compras.

##### **4.1 IPI**

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Suas disposições estão regulamentadas pelo Decreto 4.544 de 2002 (sigla “RIPI/2002”).

O campo de incidência do imposto abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde à notação "NT" (não-tributado).

##### **4.2 ICMS**

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e é um imposto brasileiro, e cada estado possui uma tabela de valores.

O ICMS está presente na Constituição Federal de 1988 é de competência dos Estados e do Distrito Federal, e somente eles podem instituí-lo ou alterá-lo.

O objetivo do ICMS é apenas fiscal, e o principal fato gerador é a circulação de mercadoria, até mesmo as que iniciam no exterior. O ICMS incide sobre diversos tipos de serviços, como telecomunicação, transporte intermunicipal e interestadual, importação e prestação de serviços, e etc.

Todas as etapas de circulação de mercadorias e em toda prestação de serviço estão sujeitas ao ICMS, devendo haver emissão da nota fiscal. Em alguns estados, o ICMS é a maior fonte de recursos financeiros.

O ICMS devido é informado na nota fiscal, em coluna própria.

#### **DIFAL – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA**

Todos os contribuintes do ICMS são obrigados a recolher o ICMS relativo à diferença existente entre a alíquota interna (praticada no Estado destinatário) e a alíquota interestadual nas seguintes operações e prestações:

- Na entrada, de mercadorias de outra Unidade da Federação destinadas para uso e consumo.

- Na entrada, de mercadorias de outra Unidade da Federação destinadas para o ativo imobilizado.

- Na entrada, de prestação de serviço de transporte interestadual cuja prestação tenha iniciado em outra Unidade da Federação referente à aquisição de materiais para uso e consumo.

- Na entrada, de prestação de serviço de transporte interestadual cuja prestação tenha iniciado em outra Unidade da Federação referente à aquisição de materiais para o ativo imobilizado.

Somente existirá diferencial de alíquotas a ser recolhido caso o percentual da alíquota interna for superior ao da alíquota interestadual.

## **ICMS – ST**

A Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que o contribuinte assumirá a condição de substituto tributário.

A responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subsequentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias ou serviços previstos em lei de cada Estado. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido, que não se realizar.

### **4.3.PIS / COFINS**

São dois tributos previstos pela Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Em suas definições temos:

- **PIS** (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público –PIS/PASEP) instituído pela Lei Complementar 07/1970.

- **COFINS** (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), instituída pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

Os recursos do PIS são destinados ao pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados, onde o PIS é destinado aos funcionários de empresas privadas, administrado pela Caixa Econômica Federal, e o PASEP destinado aos servidores públicos, administrado pelo Banco do Brasil.

Já os recursos da COFINS são destinados principalmente para a área da saúde.

### 3.2.1 MODALIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Existem três modalidades de contribuição para o Pis/Pasep, sendo elas:

- Sobre o Faturamento – Lucro Presumido: 0,65% ou Lucro Real: 1,65%.
- Sobre a Importação - 2,1%.
- Sobre a Folha de Pagamento - 1% – entidades sem fins lucrativos.

### 3.2.2 MODALIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A COFINS

A COFINS possui duas modalidades, sendo elas:

- Sobre o Faturamento - Lucro Presumido: 3% ou Lucro Real: 7,6%
- Sobre a Importação: 9,75% + 1% Adicional

## 4 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Para fins tributários federais, a apuração dos impostos, no Brasil, pode ser feita de três formas: Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real.

As empresas devem decidir qual regime tributário seguir. Detalhamos a seguir, as formas de tributação.

### 4.2 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é um programa do governo federal que visa simplificar a burocracia das empresas, é também chamado de “Super Simples”. A lei foi sancionada pela Presidência em 2006, Lei Complementar Nº 123. As empresas enquadradas no programa possuem as rotinas e obrigações mensais facilitadas, além de uma carga tributária reduzida e unificada (apenas uma guia de imposto para pagar: a DAS).

As empresas optantes por este regime tributário podem resolver a maior parte de suas rotinas através do Portal do Simples Nacional.

O Simples Nacional é composto por Anexos, cada anexo tem suas alíquotas (%) e cada um é destinado a um grupo de atividades.

- Tabela 1 Simples Nacional: Anexo 1 - Comércio
- Tabela 2 Simples Nacional: Anexo 2 - Indústria
- Tabela 3 Simples Nacional: Anexo 3 - Prestadores de Serviço
- Tabela 4 Simples Nacional: Anexo 4 - Prestadores de Serviço
- Tabela 5 Simples Nacional: Anexo 5 - Prestadores de Serviço
- Tabela 6 Simples Nacional: Anexo 6 - Prestadores de Serviço

Exemplo:

<b>TABELA 2 - ANEXO 1 - Tabela Simples Nacional - Comércio</b>							
<b>Receita Bruta em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>COFINS</b>	<b>PIS</b>	<b>CPP</b>	<b>ICMS</b>
até R\$ 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De R\$ 360.000,01 a R\$ 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De R\$ 540.000,01 a R\$ 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De R\$ 1.260.000,01 a R\$ 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De R\$ 1.980.000,01 a R\$ 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De R\$ 2.340.000,01 a R\$ 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De R\$ 2.700.000,01 a R\$ 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De R\$ 2.880.000,01 a R\$ 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De R\$ 3.060.000,01 a R\$ 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De R\$ 3.240.000,01 a R\$ 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

#### 4.2.1 BENEFÍCIOS DO SIMPLES NACIONAL

Listo a seguir os principais benefícios do Simples Nacional:

• **Pagamento de imposto Unificado:** Você vai necessitar fazer pagamento de apenas uma guia de imposto, a DAS. Isso facilita a vida do empreendedor que antes tinha de se desdobrar entre várias guias e periodicidades de pagamento diferentes.

• **Tributação:** Diversas atividades são menos tributadas em relação ao Lucro Presumido. A alíquota será definida pela atividade da sua empresa, especificada na Tabela do Simples.

• **Certificado Digital:** Empresas de Serviço com menos de 5 funcionários não precisam ter certificado digital, e têm um custo a menos. Entretanto, algumas prefeituras, como Porto Alegre e Belo Horizonte exigem certificado digital para todas as empresas do Simples.

• **Facilidade de Regularização:** A Receita Federal facilita o parcelamento e a apuração de débitos para empresas no Simples, tornando o processo de manter sua empresa regularizada menos complexo. Você pode se informar melhor sobre as condições na página de Orientações para Regularização de Pendências.

• **Contabilização Simplificada:** Processo muito mais fácil para a contabilidade pois ele é isento de algumas declarações, como o SISCOSERV, Sped Contribuições, DCTF, e não precisa Certidões Negativas para fazer alterações contratuais.

#### 4.2.2 QUEM NÃO PODE OPTAR PELO SIMPLES NACIONAL

Nem todas as empresas se enquadram no regime tributário do Simples Nacional, a seguir relaciono os principais motivos de NÃO enquadramento:

- Empresas que possuam faturamento que exceda a R\$ 3,6 milhões (ou proporcional para empresas novas) no ano calendário ou no anterior;

- Empresas que possuam um ou mais sócios com participação superior a 10% em empresa de Lucro Presumido ou Lucro Real e a soma do faturamento de todas empresas não ultrapasse R\$ 3,6 milhões;

- Empresas com um dos sócios com mais de uma empresa optante pelo Simples (Super Simples) e a soma dos faturamentos de todas suas empresas ultrapassa R\$3,6 milhões;

- Empresas que possuam pessoa jurídica (CNPJ) como sócio;

- Empresas que participam como sócias em outras sociedades;

- Empresas que estão em débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

- Empresas que possuam Filial ou representante de Empresa com sede no exterior;

- Empresas que são: Cooperativas (salvo as de consumo), sociedades por ações (S/A), ONGs, OSCIPs, bancos, financeiras ou gestoras de créditos / ativos;

- Empresas que são resultantes ou remanescentes de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 anos-calendário anteriores;

#### 4.2.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

É a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 80.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI é enquadrado no Simples Nacional e está isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 47,85 (comércio ou indústria), R\$ 51,85 (prestação de serviços) ou R\$ 52,85 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

##### **Importante!**

Empresas do Simples Nacional não têm direito a crédito de impostos, porém podem gerar crédito (dentro dos limites descritos em cada tabela) para os clientes enquadrados nos regimes do Lucro Presumido e Lucro Real. Este assunto será abordado mais adiante.

#### 4.3 LUCRO PRESUMIDO

É o segundo regime tributário com mais empresas enquadradas no Brasil. O regime tem esse nome pelo sistema de tributação dos seus principais impostos federais, que são: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Ambos incidem sobre a parcela que a legislação considera como lucro (Lucro Presumido).

#### 4.3.1 AS ALÍQUOTAS DE PRESUNÇÃO PARA AS ATIVIDADES

As alíquotas de presunção para as atividades são:

- 1,6% do faturamento para revenda de combustíveis e gás natural.
- 8% do faturamento para vendas em geral, transporte de cargas, atividades de imobiliárias, serviços hospitalares; industrialização para terceiros com recebimento do material e demais atividades não especificadas que não sejam prestação de serviços.
- 16% do faturamento para transporte que não seja de cargas e serviços em geral.
- 32% do faturamento para serviços profissionais que exijam formação técnica ou acadêmica — como advocacia e engenharia —, intermediação de negócios, administração de bens móveis ou imóveis, locação ou cessão desses mesmos bens, construção civil e serviços em geral.

Exemplo:

Um comércio faturou R\$ 100.000,00.

Comércio está enquadrado na alíquota de presunção de 8%, então

$R\$ 100.000,00 \times 8\% = R\$ 8.000,00$  (esta é a base para o IRPJ e CSLL)

$IRPJ = R\$ 8.000,00 \times 15\% = R\$ 1.200,00$

$CSLL = R\$ 8.000,00 \times 9\% = R\$ 720,00$

#### 4.3.2 IMPOSTOS SOBRE O FATURAMENTO

Além dos tributos acima, também incidem, mensalmente, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Ambos são aplicados sobre a receita bruta de cada mês de forma direta. O percentual a ser pago para o PIS é de 0,65%, e para a COFINS é de 3%.

Mantendo o exemplo anterior:

$PIS = R\$ 100.000 \times 0,65\% = R\$ 650,00$

$COFINS = R\$ 100.000,00 \times 3\% = R\$ 3.000,00$

#### **Importante!**

Empresas do Lucro Presumido têm direito a crédito do ICMS e IPI. Gera direito de crédito aos clientes enquadrados nos regimes do Lucro Presumido (ICMS e IPI) e Lucro Real (ICMS, PIS, COFINS e IPI). Este assunto será abordado mais adiante.



#### 4.4 LUCRO REAL

O lucro real é o regime tributário em que a tributação é calculada sobre o lucro líquido do período de apuração, considerando valores a adicionar ou descontar conforme as compensações permitidas por lei. Assim, antes de afirmar qual foi a lucratividade real, é preciso verificar o lucro líquido de cada ano ou período, conforme a legislação.

Em outras palavras, para a apuração desse valor, a empresa terá que saber exatamente qual foi o seu lucro auferido para realizar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, os encargos irão diminuir ou aumentar de acordo com a apuração, sendo que, se forem computados prejuízos durante o ano, a empresa fica dispensada do pagamento. O percentual a ser pago para o PIS é de 1,65%, e para a COFINS é de 7,60%.

Exemplo:

A empresa faturou R\$ 100.000,00, porém teve, entre custos e despesas auferidas, um desembolso de R\$ 95.000,00, restando um lucro líquido de R\$ 5.000,00. Sobre esse valor a empresa pagará IRPJ e CSLL

$$\text{IRPJ} = 5.000,00 \times 15\% = \text{R\$ } 750,00$$

$$\text{CSLL} = 5.000,00 \times 9\% = \text{R\$ } 450,00$$

#### **Importante!**

Empresas do Lucro Real têm direito a crédito de impostos e gera direito de crédito aos clientes enquadrados nos regimes do Lucro Presumido (ICMS e IPI se equiparado a indústria) e Lucro Real (ICMS, PIS, COFINS e IPI). Este assunto será abordado mais adiante.

### 5 INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS

Para a análise da situação econômico-financeira de uma empresa, com foco em avaliar questões como SEGURANÇA, LIQUIDEZ e RENTABILIDADE, o analista deve considerar os Demonstrativos Financeiros de pelo menos três exercícios sucessivos, e deles extrair os indicadores que lhe forneçam as informações desejadas. O objetivo da análise definirá não só o tipo de INDICADORES a serem utilizados, mas também a postura do analista.

Aos sócios importa detectar problemas e pontos fortes existentes para, a partir daí, traçar estratégia no sentido de corrigir as falhas ou aproveitar as oportunidades. Ao analista externo interessa saber da viabilidade ou não da aplicação de recursos na empresa.

Os índices servem como termômetro na avaliação da saúde financeira da empresa. Porém, o índice não deve ser considerado isoladamente, mas sim sob o aspecto dinâmico e dentro de contexto mais amplo, onde outros indicadores e variáveis devem ser ponderados.

Para melhor compreensão os indicadores para análise serão divididos em cinco grupos:

- **Índices de Estrutura de Patrimônio** - avaliam a segurança oferecida pela empresa aos capitais alheios e revelam sua política de obtenção de recursos, bem como sua alocação nos diversos itens do Ativo;

- **Índices de Liquidez** - medem a posição financeira da empresa, em termos de capacidade de pagamento;

- **Índices de Rentabilidade** - avaliam o desempenho global da empresa, em termos de capacidade de gerar lucros.

- **Indicadores de Prazos Médios** - revelam a política de compra, estocagem e venda da empresa.

- **Necessidade de Capital de Giro (NCG)** - mostra a carência ou não de capital de giro da empresa.

A seguir um exemplo de Balanço e DRE cujas informações servirão de base para a apresentação dos índices:

BALANÇO PATRIMONIAL			
<b>ATIVO</b>	9.600	<b>PASSIVO</b>	9.600
<b>Ativo Circulante</b>	5.000	<b>Passivo Circulante</b>	2.000
<b>Financeiro</b>	500	<b>Financeiro</b>	500
Caixa e Bancos	500	Empréstimos	500
<b>Operacional</b>	4.500	<b>Operacional</b>	1.500
Clientes	3.500	Fornecedores	1.000
Estoque	1.000	Salários a Pagar	300
		Impostos a Recolher	200
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	1.600	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	3.500
Clientes a Longo Prazo	1.600	Financiamentos	3.500
<b>Ativo Permanente</b>	3.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	4.100
Imobilizado	300	Capital	3.000
		Reservas	1.100

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	
Receita Operacional Bruta (ROB)	16.200
Impostos sobre Faturamento	-3.100
Receita Operacional Líquida (ROL)	13.100
Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	-5.700
Lucro Operacional Bruto (LOB)	7.400
Despesas Comerciais	-2.100
Despesas Administrativas	-1.100
Despesas Gerais	-600
Outras Receitas Operacionais	250
Despesas Financeiras	-1.450
Receitas Financeiras	50
Resultado da Correção Monetária	-220
Lucro Operacional Líquido (LOL)	2.230
Receitas/Despesas não Operacionais	-280
Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR)	1.950
Provisão para IR e Contribuição Social	-690
Lucro Líquido do Exercício (LL)	1.260

**MONTANTE DE COMPRAS = R\$ 5.300**

**Calculo: CPV + Estoque Final – Estoque Inicial**

## 5.2 ÍNDICES DE ESTRUTURA DE PATRIMÔNIO

Estes índices são extraídos do balanço patrimonial e avaliam a **SEGURANÇA** da empresa pois revela a política de obtenção de recursos e de alocação, indicam o grau de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros (obrigações – passivo) e o nível de imobilização de capital próprio (patrimônio líquido).

Serão utilizados os seguintes índices:

### **Importante!**

A leitura que se faz para esses índices é: **QUANTO MAIOR, PIOR.**

### 5.2.1 RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RECURSOS (RFR)

$$\frac{PC + PELP + REF}{PL}$$

PL

Este índice estabelece a relação percentual entre os recursos de terceiros sobre os recursos próprios. Por exemplo: se o resultado for 1, isso significa que os capitais de terceiros são iguais aos capitais próprios, ou seja, para cada R\$ 1,00 de capital próprio, a empresa possui R\$ 1,00

de capital de terceiros, se o resultado for maior que 1, isso significa que há a predominância de capitais de terceiros e se o resultado for menor do que 1, mostrará que os capitais próprios superam os de terceiros.

Exemplo: RFR = 1,34 - significa que há predominância de capitais de terceiros, ou seja, para cada R\$ 1,00 de capital próprio (PL), a empresa possui R\$ 1,34 de capitais de terceiros.

#### 5.2.2 PARTICIPAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS (PCT)

$$\frac{PC + PELP + REF}{PC + PELP + REF + PL} \times 100$$

Este índice é uma variação do índice acima mencionado – RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RECURSOS. Corresponde ao percentual de capital de terceiros sobre os recursos totais obtidos para financiar o ativo.

Exemplo: PCT = 57,30 - significa que o capital de terceiros financia 57,30% do Ativo.

#### 5.2.3 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (CE)

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{PC + PELP + REF} \times 100$$

Indica quanto da dívida total vence no curto prazo.

Exemplo: CE = 36,36 – significa que 36,36% das dívidas da empresa vencem no curto prazo.

#### 5.2.4 ENDIVIDAMENTO GERAL (EG)

$$\frac{PC + PELP}{\text{Ativo}} \times 100$$

Revela o grau de endividamento geral da empresa. Expõe quanto do ativo é financiado pelos recursos de terceiros. A análise deste índice em diversos exercícios demonstrará como a empresa vem financiando o seu Ativo e em que proporções.

Quanto menor o índice, menor o risco oferecido aos capitais de terceiros. Porém deve se considerar que determinadas empresas ou setores, convivem muito bem com o endividamento elevado e principalmente quando este for de longo prazo.

### Importante!

A conta “Resultado de Exercícios Futuros”, não apresenta exigibilidade para este índice, porém vale ressaltar que, por exemplo, para o setor imobiliário, essa conta acolhe valores expressivos podendo encobrir boa parte do endividamento da empresa. Para este caso, recomenda-se reclassificá-la para o “Passivo Exigível a Longo Prazo”.

**Exemplo:** EG = 57,29 – significa que a empresa deve, no curto e longo prazo, 57,29% de seu Ativo. Ou seja, 57,29% do ativo provem de terceiros e 42,71% são recursos próprios.

As seguintes situações são apresentadas sobre o endividamento de uma empresa:

- **Endividamento Geral < 50%:** Significa que o endividamento é menor que o Patrimônio Líquido. Há predominância de capitais próprios investidos na empresa.
- **Endividamento Geral = 50%:** O ativo é financiado igualmente entre recursos próprios e de terceiros. Patrimônio Líquido é igual ao Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.
- **Endividamento Geral > 50%:** Existe predominância de capitais de terceiros investidos na empresa.
- **Endividamento Geral = 100%:** A empresa não tem Patrimônio Líquido. Todo o Ativo é financiado por capitais de terceiros.
- **Endividamento Geral > 100%:** As obrigações perante a terceiros superam o total de Ativos. Passivo a descoberto. Insolvente.

#### 5.2.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (IPL)

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Demonstra o quanto do Patrimônio Líquido está investido no Ativo Permanente, evidenciando a dependência de aporte de capitais de terceiros para a manutenção de seus negócios.

Exemplo, se a empresa apresentar uma IPL de 73,17 - significa que a empresa está imobilizando 73,17% do seu patrimônio líquido e que restam apenas 26,83% de recursos próprios para aplicação no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo da empresa.

Se admitirmos que este índice seja elevado para esta empresa/setor, deve-se observar se o Exigível de Longo Prazo está financiando o Ativo Permanente a um custo compatível com a sua capacidade de gerar lucros.

### 5.2.6 IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES (IRNC)

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL} + \text{PELP}} \times 100$$

Informa quanto dos recursos permanentes e de longo prazo estão investidos no Ativo Permanente.

Exemplo: IRNC = 39,47 - indica que 39,47% dos recursos permanentes (PL) e de longo prazo (PELP) estão imobilizados e 60,53% estão sendo utilizados nos ativos realizáveis.

### 5.2.7 PASSIVO ONEROSO SOBRE O ATIVO (POSA)

$$\frac{\text{PCF} + \text{PELP}}{\text{Ativo}} \times 100$$

Este índice mostra a participação de fontes onerosas de financiamento do Ativo da empresa, revelando a sua dependência às instituições financeiras. Vale a observação de que quanto maior este índice, maior as despesas financeiras incorridas, influenciando o resultado do exercício.

Exemplo: POSA = 41,66 – representa que 41,66% do Ativo está sendo financiado por recursos onerosos de terceiros (deve-se ponderar o custo financeiro incidente sobre o financiamento de longo prazo, bem como sua finalidade).

## 5.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Mostram a situação financeira da empresa, são medidas de avaliação de capacidade financeira para cumprir os compromissos com terceiros. Evidenciam quanto a empresa tem em bens e direitos em relação às obrigações assumidas no mesmo período.

#### **Importante!**

De maneira geral: **QUANTO MAIOR, MELHOR.**

**Observação:** Alto índice de liquidez não necessariamente significa boa saúde financeira. Para isso devemos levar em conta a administração dos prazos de recebimentos e pagamentos.

### 5.3.1 LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Mede a capacidade de pagamento de todo o passivo exigível, indica quanto a empresa tem de recursos para honrar os compromissos.

Exemplo: LG = 1,2 – significa que para cada R\$ 1,00 de dívidas totais, a empresa dispõe de R\$ 1,20 de recursos.

### 5.3.2 LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice é um dos mais conhecidos e utilizados na análise de balanços. Indica quanto de recursos de curto prazo a empresa dispõe para honrar compromissos de curto prazo.

Exemplo: LC = 2,5 – indica que para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa dispõe R\$ 2,50 de recursos de curto prazo.

**Importante!**

Este índice engloba diversos valores em diferentes datas.

### 5.3.3 LIQUIDEZ SECA (LS)

$$\frac{AC - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

É a avaliação de liquidez mais rigorosa para a empresa. Indica quanto a empresa dispõe de recursos de curto prazo, sem vender o estoque, para honrar seus compromissos de curto prazo. Exemplo: LS = 2. Significa que mesmo sem vender o estoque, a empresa dispõe de R\$ 2,00 em recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 em compromissos de curto prazo.

### **Importante!**

Se o índice for igual ou maior que 1, podemos afirmar que a empresa não depende da venda do estoque para honrar seus compromissos de curto prazo. De outra forma, se o índice for menor do que 1, maior será a dependência de vendas para honrar suas dívidas. Há autores que propõe outras fórmulas para este cálculo. Uns recomendam comparar somente disponibilidades e clientes com passivo circulante; outros comentam que são necessários excluir, além do estoque, todas as contas que não representam “entrada” de recursos, por exemplo: despesas antecipadas, impostos a compensar, adiantamento a funcionários, etc. Qualquer que seja a maneira, o importante é que tenha consciência dos valores envolvidos e da relação que o índice expressa.

#### 5.3.4 LIQUIDEZ IMEDIATA (LI)

$$\frac{\text{Disponível}}{\text{PC}}$$

Indica quanto a empresa possui em recursos imediatos para cobrir compromissos de curto prazo. As disponibilidades são recursos imediatamente disponíveis (caixa, bancos, etc), mas o passivo circulante são compromissos que vencem em até 365 dias.

Exemplo:  $LI = 0,25$ . Significa que a empresa possui R\$ 0,25 de disponibilidade para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo.

O analista deve obter dados mais detalhados e utilizar este índice em relatórios de dívidas separadas por vencimentos. Deve-se avaliar também, caso tenha, a composição de Títulos e Valores Mobiliários, pois em alguns casos são praticamente disponíveis.

**“A PARTIR DESTA MOMENTO, ALÉM DO BALANÇO PATRIMONIAL,  
PASSAREMOS A UTILIZAR A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO  
EXERCÍCIO (DRE)”**

#### 5.4 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Tem por objetivo medir quanto que os capitais investidos estão rendendo, ou seja, avaliam o desempenho da empresa. A rentabilidade é o reflexo das políticas e das decisões adotadas



pelos seus administradores/gestores, expressando objetivamente o nível de eficiência econômico-financeiro da empresa.

**Importante!**

De maneira geral: **QUANTO MAIOR, MELHOR.**

5.4.1 MARGEM BRUTA (MB)

$$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

Este índice indica quanto a empresa obtém de lucro bruto a cada R\$ 1,00 de Receita Líquida (multiplicando o resultado por 100, teremos em %).

Exemplo: MB = 0,56 ou 56,49% - Significa que para cada R\$ 1,00 de Receita Líquida a empresa obtém R\$ 0,56 de Lucro Bruto ou, outra leitura que podemos fazer é: com 56,49% de Lucro Bruto, a empresa precisa cobrir as despesas e gerar lucro.

5.4.2 MARGEM LÍQUIDA (ML)

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

Mostra quanto a empresa obtém de lucro líquido a cada R\$ 1,00 de Receita Operacional Líquida (multiplicando o resultado por 100, teremos em %).

Exemplo: ML = 0,096 ou 9,62% - Significa que para cada R\$ 1,00 de Receita Operacional Líquida a empresa obtém R\$ 0,096 de Lucro Líquido, ou seja, após pagos todos os custos e despesas, sobraram 9,62% das vendas líquidas da empresa.

5.4.3 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (RPL)

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Mede a remuneração dos capitais próprios investidos na empresa. Do ponto de vista de quem investe, este deve ser o índice mais importante. Este índice permite avaliar se o rendimento é compatível com outras alternativas de aplicação, um investidor, por exemplo, avaliando este índice, pode optar por uma aplicação no mercado financeiro em vez de aplicar numa empresa que apresenta rentabilidade baixa.

**Importante!**

Quando houver dados de dois demonstrativos consecutivos, deve-se utilizar a média do Patrimônio Líquido para comparar com Lucro Líquido, pois o PL pode sofrer alteração durante o exercício, como: saída de um sócio, aumento de capital, distribuição de dividendos, entre outros.

Exemplo: RPL = 30,73 – indica que os acionistas tiveram uma remuneração de 30,73% sobre o capital investido, num determinado período.

**5.4.4 MARGEM OPERACIONAL DE LUCRO (MOL)**

$$\frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

Indica quanto a empresa obtém de lucro antes do IR e CSLL e das receitas e despesas não operacionais, ou seja, avalia o ganho operacional da empresa (multiplicando o resultado por 100, teremos em %).

Exemplo: MOL = 0,17 ou 17,02% – mostra que a cada R\$ 1,00 de Receita Operacional Líquida, a empresa obtém R\$ 0,17 de Lucro Operacional ou 17,02% de Lucro Operacional sobre a Receita Operacional Líquida

**5.4.5 ROTAÇÃO DO ATIVO (RA)**

Apesar de não ser um índice de rentabilidade, o estudo do “giro” do ativo constitui-se um aspecto importante para o entendimento da rentabilidade do investimento.

$$\frac{\text{Receita Operacional Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

Este índice indica quantas vezes o Ativo Total da empresa “girou” durante um determinado período, ou seja, indica quantas vezes a empresa conseguiu “vender seus ativos” num determinado período.

Exemplo: 1,36 – indica que o Ativo Total girou 1,36 vezes durante o período ou que a empresa “vendeu seu ativo” 1,36 vezes durante o período.

**Importante!**

Quando houver dados de dois demonstrativos consecutivos, deve-se utilizar a média do Ativo Total para comparar com as Receitas Operacionais Líquidas (ROL).

#### 5.4.6 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS (RI)

$$\frac{\text{Lucro Operacional Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$$

Também conhecido como Poder de Ganho da Empresa. Reflete o quanto a empresa está obtendo de resultado em relação aos seus investimentos totais.

Exemplo: RI = 23,23 – significa que o Lucro Operacional Líquido da empresa, em determinado período, representa 23,23% do Ativo Total.

Este índice pode ser obtido através da conjugação dos índices de Margem Operacional de Lucro (MOL) e da Rentabilidade do Ativo (RA). Teremos:

$$\begin{aligned}\text{MOL} \times \text{RA} &= \text{RI} \\ 17,02 \times 1,3646 &= 23,23\end{aligned}$$

**Importante!**

Quando houver dados de dois demonstrativos consecutivos, deve-se utilizar a média do Ativo Total para comparar com o Lucro Operacional Líquido (LOL ou EBIT).

### 5.5 INDICADORES DE PRAZOS MÉDIOS

Também conhecidos como Índices de Atividade ou Índices de Rotação. São calculados relacionando os elementos patrimoniais (Balanço Patrimonial) com os itens da demonstração de resultados (DRE).

A análise dos prazos médios é um importante instrumento para conhecer as políticas de compra e venda adotadas pela empresa, também pode-se contatar a eficiência com que os recursos são administrados como, por exemplo: Estoques, Duplicatas a receber, Fornecedores, etc.

**Importante!**

Sempre que houver dados de dois demonstrativos consecutivos, deve-se usar a média da conta em questão.

### 5.5.1 PRAZO MÉDIO DE COMPRAS (PMC)

$$\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Montante de Compras}} \times 360$$

Revela o prazo médio que a empresa obtém de seus fornecedores para pagamento das compras de matérias-primas e mercadorias, ou seja, é o número médio de dias entre a compra e o pagamento. Quanto maior for o PMC, melhor a situação pois estará financiando o seu giro com recursos não onerosos.

Caso não seja fornecido o Montante de Compras (MC), este valor poderá ser estimado pela seguinte formula: **MC = CPV + Estoque Final – Estoque Inicial**

Exemplo: PMC = 68. Indica que, em média, a empresa está pagando seus fornecedores com prazo médio de 68 dias.

### 5.5.2 PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES (PME)

$$\frac{\text{Estoque}}{\text{CPV}} \times 360$$

Exprime o número de dias, em média, em que os estoques se renovam (ou são vendidos). Em outras palavras, é o número médio de dias entre a compra e a venda. Considera-se ideal que os estoques girem o mais rápido possível. Quanto menor for o PME, melhor.

Exemplo: PME = 63. Demonstra que, em média, a empresa mantém a mercadoria em estoque por 63 dias até a venda.

### 5.5.3 GIRO DE ESTOQUES (GE)

$$\frac{\text{CPV}}{\text{Estoque}}$$

Indica quantas vezes o estoque “girou” em um determinado período. QUANTO MAIOR, MELHOR.

Exemplo 1: GE = 5,7. Significa que o estoque “girou” 5,70 vezes no período.

Exemplo 2: Dividindo o GE pelo número de dias do período, teremos o PME

$$360 / 5,7 = 63$$

#### 5.5.4 PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS (PMR)

$$\frac{\text{Clientes}}{\text{Receita Operacional Bruta - Devoluções}} \times 360$$

Demonstra o prazo médio de recebimento das vendas, indicando o tempo decorrido entre a venda e o recebimento. QUANTO MENOR, MELHOR.

Exemplo: PMR = 77,78 – indica que a empresa vende e recebe, em média, em 78 dias.

#### 5.5.5 GIRO DE CONTAS A RECEBER (GCR)

$$\frac{\text{Receita Operacional Bruta – Devoluções}}{\text{Contas a receber}}$$

Indica quantas vezes o Contas a Receber “girou” em um determinado período. QUANTO MAIOR, MELHOR.

Exemplo 1: GCR = 4,63. Significa que o Contas a receber “girou” 4,63 vezes no período.

Exemplo 2: Dividindo o GCR pelo número de dias do período, teremos o PMR

$$360 / 4,63 = 77,78$$

#### 5.5.6 GIRO DO ATIVO CIRCULANTE OPERACIONAL (GACO)

$$\frac{\text{Receita Operacional Bruta – Devoluções}}{\text{Ativo Circulante Operacional}}$$

Expressa quantas vezes o Ativo Circulante Operacional se renovou ou “girou” em relação as vendas. QUANTO MAIOR, MELHOR.

Exemplo: GACO = 3,60. Demonstra que o Ativo Circulante Operacional “girou” 3,6 vezes durante o período

#### 5.5.7 PRAZO MÉDIO DE REALIZAÇÃO DE ATIVO OPERACIONAL (PMRAO)

$$\frac{\text{Ativo Circulante Operacional}}{\text{Receita Operacional Bruta - Devoluções}} \times 360$$

Revela quantos dias que o Ativo Circulante Operacional demora para transformar-se em dinheiro.

Exemplo: PMRAO = 100. Indica que o Ativo Circulante Operacional se transforma em dinheiro num prazo médio de 100 dias.

### 5.5.8 CICLO OPERACIONAL (CO)

$$PME + PMR = CO$$

(Prazo Médio de Estoques + Prazo Médio de Recebimentos)

Expressa o tempo que decorre entre o momento em que a empresa adquire as matérias-primas e/ou mercadorias até o momento em que a empresa recebe o dinheiro referente as vendas.

Exemplo:  $63 + 78 = 141$  dias

### 5.5.9 CICLO FINANCEIRO (CF)

$$PME + PMR - PMC = CF$$

(Prazo Médio de Estoques + Prazo Médio de Recebimentos – Prazo Médio de Compras)

Ou

$$CO - PMC = CF$$

(Ciclo Operacional – Prazo Médio de Compras)

É o tempo que decorre entre o pagamento aos fornecedores e o recebimento pelas vendas. Período em que a empresa pode necessitar de financiamento complementar para o seu ciclo financeiro, que pode ser financiado pelo capital próprio ou pelo capital de terceiros.

Exemplo:  $63 + 78 - 68 = 73$ . Significa que a empresa paga os fornecedores, em média, em 68 dias e recebe o dinheiro das vendas 73 dias após pagar os fornecedores.

Para financiar seus clientes, a empresa poderá utilizar capital próprio ou utilizar capital de terceiros, como por exemplo, descontar duplicatas ou também recorrer a outros empréstimos para capital de giro.

Resumindo: Em média, a mercadoria fica no Estoque 63 dias, a empresa paga pela mercadoria em 68 dias e recebe em 73 dias após pagar o fornecedor (e 78 dias após vender).

## 5.6 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Os balanços patrimoniais fornecem dados para cálculo do Capital de Giro e da Necessidade de capital de giro.

### 5.6.1 CAPITAL DE GIRO (CG)

$$CG = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

ou

$$CG = (PL + REF + PELP) - (AP + ARLP)$$

O Capital de Giro de uma empresa corresponde aos valores aplicados em seu Ativo Circulante. A empresa compra mercadoria, estoca, vende e recebe, mantendo esse ciclo permanentemente, ela mantém o giro dos negócios.

Exemplo 1:  $5.000 - 2.000 = 3.000$

$$AC - PC$$

Exemplo 2:  $(4.100 + 3.500) - (3.000 + 1.600) = 3.000$

$$(PL + PELP) - (AP + ARLP)$$

### 5.6.2 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO (NCG)

$$NCG = ACO - PCO$$

É a diferença entre as aplicações operacionais (ACO) e as fontes operacionais (PCO) que se renovam no dia-a-dia da empresa. O ideal é que a empresa utilizasse os financiamentos operacionais, ou de terceiros, para cobrir as aplicações. Quando isso não acontece, existe a necessidade de recorrer a outras fontes de recursos que não estejam ligadas à atividade da empresa.

As fontes e aplicações estão ligadas à atividade da empresa e ocorrem de forma natural.

• **ACO = PCO:** existe equilíbrio entre o capital de giro e as fontes naturais de financiamento, neste caso a NCG é nula.

• **ACO > PCO:** a empresa necessita de recursos para o Capital de Giro, que deverá ser obtido através dos sócios ou de fontes de terceiros (oneroso).

• **ACO < PCO:** a empresa dispõe de excedente e que poderá ser aplicado no mercado financeiro, por exemplo.

A Necessidade de Capital de Giro apresenta-se de duas maneiras:

• **Permanente:** Quando o nível de atividade de produção e vendas é distribuído de forma homogenia durante o ano.

- **Sazonal:** Quando há concentração de atividade em determinadas épocas do ano.

O conhecimento do tipo de NCG é importantíssimo pois oferece a informação para a realização do negócio.

Exemplo:  $4.500 - 1.500 = 3.000$

### 5.6.3 SALDO DE TESOURARIA

$$ST = ACF - PCF$$

Ou

$$ST = CG - NCG$$

É a diferença entre as contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante que não fazem parte da operação da empresa, ou seja, Ativo Circulante Financeiro menos Passivo Circulante Financeiro.

Saldo de Tesouraria POSITIVO, significa que a empresa tem disponibilidade de recursos – que poderão ser utilizados a qualquer momento e/ou aplicados no mercado financeiro.

Saldo de Tesouraria NEGATIVO, indica que a empresa tem dependência de fontes onerosas de recursos de curto prazo.

Quando o Saldo de Tesouraria se revela numa crescente negativa, isso evidencia que a empresa está caminhando para a insolvência (*overtrade*). Muito importante observar que o fato isolado não é preocupante, mas a tendência é grave.

$$\text{Índice de Tendência do Saldo de Tesouraria} = \frac{\text{Saldo de Tesouraria}}{NCG}$$

O resultado decrescente evidencia que a empresa recorre a empréstimos onerosos de curto prazo. Para avaliar o efeito, deve-se observar o comportamento do indicador em vários períodos.

O índice a seguir indica a NCG em dias de vendas, ou seja, indica quantos dias a empresa precisa faturar para obter os recursos complementares necessários ao capital de giro.

$$\frac{NCG}{Vendas} \times 360$$

Exemplo:  $\frac{3.000}{16.200} \times 360 = 66,67$



#### 5.6.3.1 EFEITO TESOURA

É quando o Saldo de Tesouraria se apresenta cada vez mais negativo, a cada exercício, variando em níveis superiores ao crescimento da NCG.

As causas do Efeito Tesoura são:

- Crescimento real de vendas a prazo, em percentuais elevados, sem obtenção de prazo dos fornecedores;
- Imobilizações com recursos onerosos de curto prazo;
- Prejuízos;
- Distribuição excessiva de lucros;
- Dependência sistemática a empréstimos de curto prazo, com taxas elevadas de juros;
- Ciclo Financeiro crescente;

Sinais de Alerta:

- (+) Adiantamento a fornecedores = Dificuldades de obtenção de matéria-prima/produtos;
- (+) Duplicatas a receber = concessão de maiores prazos;
- (+) Estoques = Redução da demanda;
- (-) Fornecedores = Redução de prazos ou escassez de matéria-prima/produtos;
- (-) Despesas Provisionadas = Diminuição dos prazos de impostos;

## 6 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

### 6.2 ANÁLISE VERTICAL

Esta análise permite visualizar de modo objetivo e direto, a representatividade de cada conta das demonstrações, identificando as que mais contribuem, ou influenciam, na formação do lucro/prejuízo.

O cálculo do percentual de participação relativa a cada item do Demonstrativo de Resultados do Exercício é feito dividindo cada conta pela Receita.

Para o Balanço, relativo aos itens do Ativo e Passivo, divide-se cada conta pelo total do Ativo ou do Passivo.

Exemplo:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL (\$ MIL)</b>		
	20X1	%
<b>ATIVO</b>	<b>9.600</b>	<b>100</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.000</b>	<b>52,08</b>
Caixa e Bancos	500	5,21
Clientes	3.500	36,46
Estoque	1.000	10,42
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.600</b>	<b>16,67</b>
Cliente Longo Prazo	1.600	16,67
<b>Ativo Permanente</b>	<b>3.000</b>	<b>31,25</b>
Imobilizado	3.000	31,25
<b>PASSIVO</b>	<b>9.600</b>	<b>100</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.000</b>	<b>20,83</b>
Empréstimos	500	5,21
Fornecedores	1.000	10,42
Salários a Pagar	300	3,13
Impostos a Recolher	200	2,08
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>3.500</b>	<b>36,46</b>
Financiamentos	3.500	36,46
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.100</b>	<b>42,71</b>
Capital Social	3.000	31,25
Reservas	1.100	11,46

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(\$ MIL)</b>	<b>%</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>16.200</b>	<b>100</b>
( - ) Impostos sobre Faturamento	3.100	-19,14
<b>( = ) Receita Operacional Líquida</b>	<b>13.100</b>	<b>80,86</b>
( - ) Custo das Mercadorias Vendidas	5.700	-35,19
<b>( = ) Lucro operacional bruto</b>	<b>7.400</b>	<b>45,68</b>
( - ) Despesas Comerciais	2.100	-12,96
( - ) Despesas Administrativas	1.100	-6,79
( - ) Despesas Gerais	600	-3,7
( +/- ) Outras Receitas/Desp. Operacionais	250	1,54
( - ) Despesas Financeiras	1.450	-8,95
( + ) Receitas Financeiras	50	0,31
( +/- ) Resultado da Correção Monetária	-220	-1,36
<b>( = ) Lucro Operacional Líquido</b>	<b>2.230</b>	<b>13,77</b>
( +/- ) Receitas/Desp. não Operacionais	-280	-1,37
<b>( = ) Lucro Antes do IR</b>	<b>1.950</b>	<b>12,04</b>
( - ) Provisão IR e Contribuição Social	690	4,26
<b>( = ) Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.260</b>	<b>7,78</b>

### 6.3 ANÁLISE HORIZONTAL

Tem por finalidade evidenciar a evolução ou involução das contas das demonstrações. É efetuada tomando-se por base dois ou mais exercícios financeiros, estabelecendo o mais antigo como base 100. Importante que todos os demonstrativos estejam expressos na mesma moeda e nos mesmos períodos (ano/ano, mês/mês, etc).

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>						
	20 X 1	%	20 X 2	%	20 X 3	%
<b>ATIVO</b>	<b>9.600</b>	<b>100</b>	<b>10.100</b>	<b>105</b>	<b>11.300</b>	<b>118</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.00</b>	<b>100</b>	<b>4.200</b>	<b>84</b>	<b>4.500</b>	<b>90</b>
Caixa e Bancos	500	100	700	140	400	80
Clientes	3.500	100	1.500	43	2.600	74
Estoques	1.000	100	2.000	200	1.500	150
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.600</b>	<b>100</b>	<b>800</b>	<b>50</b>	<b>400</b>	<b>25</b>
Clientes Longo Prazo	1.600	100	800	50	400	25
<b>Ativo Permanente</b>	<b>3.000</b>	<b>100</b>	<b>5.100</b>	<b>170</b>	<b>6.400</b>	<b>213</b>
Imobilizado	3.000	100	5.100	170	6.400	213
<b>PASSIVO</b>	<b>9.600</b>	<b>100</b>	<b>10.100</b>	<b>105</b>	<b>11.300</b>	<b>117</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.000</b>	<b>100</b>	<b>1.800</b>	<b>90</b>	<b>2.000</b>	<b>100</b>
Empréstimos	500	100	600	120	400	80
Fornecedores	1.000	100	700	70	1.100	110
Salários a Pagar	300	100	300	100	400	133
Impostos a Recolher	200	100	200	100	100	50
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>3.500</b>	<b>100</b>	<b>2.900</b>	<b>-83</b>	<b>2.100</b>	<b>60</b>
Financiamentos	3.500	100	2.900	83	2.100	60
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.100</b>	<b>100</b>	<b>5.400</b>	<b>132</b>	<b>7.200</b>	<b>175</b>

<b>DRE (\$ mil)</b>	<b>20 X 1</b>	<b>%</b>	<b>20 X 2</b>	<b>%</b>	<b>20 X 3</b>	<b>%</b>
Receita Operacional Bruta	16.200	100	18.300	112	26.400	163
( - ) Imposto sobre Faturamento	3.100	100	3.500	112	5.200	168
( = ) Receita Operacional Líquida	13.100	100	14.800	112	21.200	162
( - ) Custo Mercadorias Vendidas	5.700	100	6.100	107	7.800	137
( = ) Lucro Operacional Bruto	7.400	100	8.700	117	13.400	181
( - ) Despesas Comerciais	2.100	100	2.600	123	3.690	189
( - ) Despesas Administrativas	1.100	100	1.100	100	1.200	109
( - ) Despesas Gerais	600	100	700	116	800	114
( + ) Outras Receitas Operacionais	250	100	50	20	200	80
( - ) Despesas Financeiras	1.450	100	1.150	79	1.100	76
( + ) Receitas Financeiras	50	100	80	160	70	140
(+/- ) Resultado da Correção Monetária	-220	100	-140	63	-80	36
( = ) Lucro Operacional Líquido	2.230	100	3.140	140	6.530	293
( +/- ) Rec./Desp. Não Operacionais	-280	100	100	-35	-1.200	429
( = ) Lucro Antes do IR	1.950	100	3.240	166	5.330	273
( - ) Provisão para IR e Contribuição Social	690	100	1.130	163	1.860	270
( = ) Lucro Líquido do Exercício	1.260	100	2.100	167	3.470	275

## 7 O CONCEITO DE EBITDA

Muito se ouve falar na sigla EBITDA. Talvez, entre os jargões do mundo das finanças seja uma das mais populares. EBITDA significa *Earnings Before Interests, Taxes, Depretiation and Amortization*. Traduzindo para um bom português, significa: Lucro antes de juros, imposto de renda, amortização e depreciação.

O EBITDA é um número muito valorizado pelo mercado na avaliação de uma empresa. Isso porque espelha o desempenho da empresa levando em consideração, somente os ganhos gerados por sua atividade principal. Ele não contabiliza a amortização de pagamento de empréstimos ou dívidas, os pagamentos de juros de empréstimos, a depreciação de equipamentos e instalações e o imposto de renda. É, portanto, um indicador muito importante, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio.

O mercado valoriza ainda mais a variação percentual de crescimento ou queda do EBITDA em relação ao período anterior do que o valor do EBITDA isoladamente. Este percentual mostra aos investidores se a empresa em questão conseguiu ser mais eficiente ou aumentar sua produtividade. Por isso, em informações sobre companhias abertas, você vai encontrar com frequência referências ao EBITDA.